

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

O MARQUÊS
DE POMBAL
E O SEU TEMPO

Tomo I



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1982

LUDWIG SCHEIDL *

BREVES APONTAMENTOS
SOBRE AS REFORMAS PÚBLICAS NA ÁUSTRIA
NO PERÍODO DA MISSÃO DIPLOMÁTICA
DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELLO
EM VIENA (1744-1749)

Em 1980 celebraram-se na Áustria em 1982 celebram-se em Portugal os centenários de duas personalidades que marcaram profundamente a evolução histórica dos respectivos países, e se a actuação de Maria Theresia e do Primeiro Ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Mello, não é indiscutível por parte dos historiadores dos dois países, é pelo menos unanimemente considerada importante. As datas do segundo centenário da morte dos estadistas é suficientemente relevante nos respectivos países para as não deixar passar despercebidas num mundo que, embora já nada tenha em comum com a época em questão, é todavia herdeiro de uma nova evolução política, social e cultural por eles iniciada. Decorreu assim uma monumental exposição no palácio de Schönbrunn evocativa da época de Maria Theresia («Maria Theresia und ihre Zeit» ⁽¹⁾) entre Maio e Outubro de 1980 e as celebrações pombalinas em 1982 são ainda expressão da importância do estadista português.

Os dois governantes determinaram uma profunda mudança na vida política, social e cultural, devendo assinalar-se que, nos anos decisivos do governo de Maria Theresia de Áustria, Sebastião José de Carvalho e Mello manteve contactos significativos com a corte austríaca por altura da sua actuação diplomática efectiva em Viena de Áustria entre Julho de 1745 e Setembro de 1749.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁽¹⁾ *Maria Theresia und ihre Zeit*. Ausstellung zur 200. Wiederkehr des Todestages. Residenz Verlag, Salzburg-Wien, 1980.

Não se pretende nestes breves apontamentos desenvolver um estudo das relações luso-austriacas no século XVIII — de que haveria a destacar a posição política e diplomática da corte portuguesa de D. Pedro II de apoio ao Arquiduque Carlos de Áustria por altura da Guerra de Sucessão Espanhola ou ainda o casamento de D. João V com D. Mariana de Áustria em 1708; pretendemos referir as condições sócio-políticas e culturais na Áustria por altura da missão diplomática de Sebastião José de Carvalho e Mello em meados do século XVIII.

Os tratados que se seguiram à Paz de Utrecht em 1713 formalizaram, por um lado, o termo da Guerra de Sucessão Espanhola e determinaram, por outro lado, a política portuguesa em relação aos diferentes países europeus, nomeadamente em relação à Espanha depois da paz assinada em Fevereiro de 1715. A política externa portuguesa conhecia basicamente duas orientações: a aliança com a Inglaterra e o fortalecimento das relações com a Casa de Áustria. Em Outubro de 1740 morre o Imperador Carlos VI e, embora tenha negociado a sucessão ao trono dos Habsburgos (Pragmática Sanção) para a filha primogénita, verdade é que Maria Theresia tem de enfrentar várias guerras internacionais para assegurar a herança do trono: recordamos a guerra com a Prússia pela posse da Silésia (1740-42), a Guerra de Sucessão ao trono austríaco (1741-48) e ainda a Segunda Guerra da Silésia (1744-45). É neste conturbado período de guerras na Europa central com o envolvimento, através de um complexo sistema de alianças, nomeadamente da França, Rússia, Inglaterra e Holanda, e no Império dos Reinos da Baviera, Saxónia e Prússia, que a diplomacia portuguesa envida esforços de mediação, destacando para Viena de Áustria Sebastião José de Carvalho e Mello. Ainda que não tenha sido oficialmente nomeado embaixador português na Corte de Viena, caber-lhe-iam duas missões distintas, a primeira como mediador entre a Corte austríaca e a Cúria Romana a propósito de uma nomeação cardinalícia e depois entre as Cortes de Viena e de Madrid. Em ambas as missões diplomáticas Sebastião José de Carvalho e Mello acaba por desempenhar um papel de menor relevância, em parte, por não ter obtido de Lisboa poderes decisivos para conduzir as negociações, em parte, dado os interesses internacionais em jogo (2).

(2) Sobre a missão diplomática em Viena, cf. Maria Alcina Ribeiro Correia, *Sebastião José de Carvalho e Mello na Corte de Viena de Áustria*, Lisboa, 1965, e J. Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal e a sua Época*, Rio de Janeiro, 1922.

D. João V via no desenvolvimento e no aprofundamento das relações de parentesco entre as famílias reais portuguesa e austríaca uma forma de aproximação com o Império (o marido de Maria Theresia, Franz Stephan, Arquiduque da Toscana e da Lorena, é eleito Imperador do Sacro Império Romano Germânico em 13 de Setembro de 1745), sem que, todavia, se quisesse envolver em compromissos definitivos^(*). A política externa portuguesa era coincidente com a austríaca no que respeita à separação entre a França e a Espanha, uma oportunidade diplomática a explorar em 1746 com a sucessão de Fernando VI ao trono espanhol.

Se estas missões diplomáticas transcenderam em muito os específicos interesses portugueses e se certos acordos se realizaram à margem do próprio mediador que parece não ter recebido ordens ou poderes expressos para negociar, importa fixar que Sebastião José de Carvalho e Mello passou cerca de quatro anos na corte de Viena, tempo suficiente para se inteirar da vida política de uma das mais importantes cortes europeias e das grandes reformas públicas em preparação na Áustria.

Tentaremos traçar um quadro geral da vida política, cultural e social da década de quarenta em Viena de Áustria e que poderá ter interessado o futuro Ministro de D. José I durante a sua estadia em Viena de Áustria.

Desenvolvera-se desde os princípios do século, continuando em toda a década de quarenta, uma «febre» arquitectónica em estilo barroco, começando Viena a adquirir a partir dos anos 20 a feição que ainda hoje conserva. A cidade, capital residencial dos Habsburgos, um dos baluartes da Contra-Reforma e do catolicismo barroco com a sua piedade teatrealizada (fausto, procissões), é profundamente marcada pela arquitectura de numerosas igrejas barrocas e ainda pela arquitectura secular em estilo barroco. De entre os grandes arquitectos recordamos Joseph Emanuel Fischer von Erlach, arquitecto da corte e construtor, nomeadamente, da *Karlskirche* e da Biblioteca Nacional, e Johann Lucas von Hildebrandt, construtor da *Peterskirche* e dos palácios do Príncipe Eugénio, *Unteres/Oberes Belvedere*. Este arquitecto vem a falecer durante a estadia de Sebastião José de Carvalho e Mello em Viena, mas tão importante como a obra destes arquitectos é a actividade dos escultores e pintores barrocos, especialmente activos nesta década de quarenta (Daniel Gran, Paul Troger, Franz Anton Maulbertsch).

(*) Cf. Maria Alcina Ribeiro Correia, *ob. cit.*, p. 31.

Em 1744 é iniciada a remodelação arquitectónica do palácio de verão dos Habsburgos e dos seus jardins — o palácio de Schönbrunn no estilo de Versailles. Da obra foi encarregado o architecto Nikolaus Pacassi, sendo superintendente das obras um dos portugueses mais ilustres da corte de Maria Theresia, Dom Manoel Telles de Menezes e Castro, conde de Silva-Tarouca. O Conde de Silva-Tarouca havia acompanhado o príncipe D. Miguel, irmão de D. João V, na fuga de Lisboa para combater os turcos às ordens do príncipe Eugénio, vindo posteriormente a fixar-se em Viena e acabando por ocupar um dos lugares mais cobiçados da corte — o de conselheiro privado de Maria Theresia (4).

A governação de Maria Theresia caracterizou-se pela transição do absolutismo feudal de tipo mais antigo para uma monarquia reformista de acordo com o iluminismo esclarecido europeu. A política de reformas, iniciada na década de quarenta, tem a sua expressão em todos os campos da vida: a reestruturação do aparelho administrativo, as reformas do exército, do ensino e o estabelecimento de programas laboriais e sociais. Para lhe dar execução houve que criar uma língua «oficial», o que tem a sua expressão na elevação e cultivo da língua alemã, em especial no estabelecimento da língua escrita, com forte incidência na linguagem das chancelarias, capaz de concorrer com o latim do clero e dos homens de ciência, ou ainda com o uso do italiano e do francês das classes aristocráticas. O ensino obrigatório do alemão será introduzido mesmo nos territórios não alemães, sem todavia subalternizar as línguas nacionais dos respectivos povos.

O desenvolvimento da língua alemã vai levar à substituição do latim no ensino superior e terá ainda a sua expressão nas primeiras publicações periódicas e na divulgação, mediante traduções, da literatura europeia. A actividade literária não é especialmente fértil em Viena na primeira metade do século XVIII, se se exceptuar a poesia de ocasião de celebração da dinastia reinante. No campo artístico ocupa um lugar especial o teatro lírico, para cujas representações se havia adaptado uma das alas do palácio da *Hofburg*, o novo Teatro Real inaugurado em Fevereiro de 1741 e que em 1776 haveria de dar lugar ao primeiro Teatro Nacional austríaco — *Burgtheater*. Em Outubro de 1742 foi igualmente inaugurado com a representação de uma comédia francesa e cujos intervenientes per-

(4) Cf. Heinrich Berg-Silva Tarouca, *Emanuel Silva Tarouca — der Mentor der Kaiserin Maria Theresia* (estudo inédito).

tenciam à aristocracia palaciana o pequeno teatro do palácio de Schönbrunn.

Mas, a par do teatro da corte, desenvolvera-se em especial nos subúrbios, um novo tipo de teatro popular (*Volks-theater*), de que a característica principal era a improvisação. A sede mais antiga para a representação de géneros muito diferenciados (desde a tragédia e comédia barrocas, às representações da *commedia dell'arte* ou da ópera cómica) foi o teatro junto de uma das portas da cidade—*Theater am Kärntnertor*—edificado pelo município em 1708. Mas nestes «teatros de subúrbio» vem a desenvolver-se um tipo de drama local, de tendência crítica e satírica—o *Volksstück*—que tem em Gottfried Prehauser um dos principais cultores⁽⁶⁾. Na década de sessenta vão fazer-se sentir em Viena as reformas do teatro iniciadas na Alemanha por Johann Gottfried Gottsched, no sentido de disciplinar as companhias teatrais e criar um repertório moldado nos princípios dos clássicos franceses. Se Sonnanfels, o influente crítico e autor literário austríaco do tempo de Maria Theresia, banuiu o arlequim do teatro da corte, ele sobreviverá em numerosos novos tipos no teatro do subúrbio e no drama de feição popular. Este teatro, a cujo incremento se assiste nos anos quarenta e frequentado pela nobreza palaciana, foi um dos grandes contributos literários austríacos do século XVIII.

Todavia a realização artística mais importante diz respeito à música, especialmente patrocinada pela dinastia dos Habsburgos. O pai de Maria Theresia, o Imperador Carlos VI, além de executante foi também autor de diversas peças musicais. Pouco antes da chegada de Sebastião José de Carvalho e Mello a Viena morre o compositor Johann Joseph Fux, autor de música sacra, oratórias, de 18 óperas e ainda de uma primeira obra teórica sobre as técnicas do contraponto (*Gradus ad Parnassum*). Esta obra foi muito divulgada na Europa do século XVIII e serviu de base aos estudos musicais de Joseph Hayden, cuja primeira sinfonia data de 1759. Igualmente importante para o desenvolvimento da sinfonia musical é a obra do compositor da corte Georg Mathias Monn, falecido em 1750.

A religião oficial nos territórios austríacos é o catolicismo, sendo preponderante a influência da Companhia de Jesus. Mesmo assim é fundada em Viena em Setembro de 1743 a primeira loja maçónica de nome «Aux trois Canons». Apesar

(6) Cf. Reinhard Urbach, *Die Wiener Komödie und ihr Publikum, Stranitzky und die Folgen, Wiener Themen; Jugend und Volk*, Wien-München, 1973.

de contar entre os seus membros Franz Stephan, príncipe consorte de Maria Theresia e futuro Imperador do Sacro Império, esta loja foi fechada após um ano de existência por ordem expressa da Rainha. O desenvolvimento da maçonaria só data a partir do período da regência de Joseph II da Áustria, também ele membro de uma loja maçónica. Assim se explica a política de absoluta liberdade religiosa com a publicação em 1781 do Édito de Tolerância Religiosa (*Toleranzedikt*), com a equiparação das diferentes confissões religiosas protestantes e da igreja ortodoxa-grega à religião católica.

Esta e outras grandes reformas na Áustria e nos Territórios da Coroa só se realizarão a partir da década de sessenta e a todas elas está indelevelmente ligado o nome de Joseph II (Josefismo). A actividade reformista estende-se a todos os ramos da actividade pública e privada: no campo religioso com a promulgação da já referida liberdade religiosa, da dissolução dos conventos e da proibição da Companhia de Jesus; no campo do ensino a reforma do ensino básico, da Universidade e a criação das escolas médica e veterinária; no campo social e civil com a introdução do casamento civil e do divórcio (*Ehepatent*). A execução deste plano de reformas pressupõe, todavia, um estado fortemente centralizado e submetido à vontade do «déspota iluminado». Se os primeiros anos do reinado de Maria Theresia são, como referimos, profundamente marcados por campanhas militares para afirmação da própria dinastia e defesa dos territórios dinásticos, realizam-se ainda na década de quarenta algumas reformas de fundo que virão permitir o desenvolvimento desta política a partir da co-regência e do reinado de Joseph II.

De acordo com a estrutura político-administrativa do século XVIII qualquer acção de relançamento político e económico passava pela centralização do poder como forma de quebrar a autonomia quase exclusiva da aristocracia feudal. Esta política levava necessariamente a uma elevação da classe do campesinato, sustentáculo económico e social na hierarquia das classes dominantes. As leis de protecção aos camponeses datam do início do reinado de Maria Theresia com a criação de novos círculos jurídicos para apelação contra a justiça feudal, com a regulamentação da prestação gratuita de trabalho senhorial e com o alargamento da obrigatoriedade do pagamento de impostos, abolindo-se assim a insenção tributária da nobreza e do clero: todas estas medidas foram incrementadas nos anos 40 e aceleradas com a publicação em 1871 da chamada Lei dos Súbditos (*Untertanenpatent*) por Joseph II.

Estas reformas sociais têm o seu correspondente no desenvolvimento da política mercantilista com o levantamento e

o incremento da indústria, nomeadamente com a protecção às manufacturas com a consequente formação de um operariado pré-industrial. Esta nova política tem a sua primeira expressão na aquisição pela Coroa em Maio de 1744 da «fábrica» de porcelanas em Rossau (Viena) e o estabelecimento de uma indústria de transformação mineira e metalúrgica na Estíria, Caríntia e Eslovénia. Mas o desenvolvimento industrial com base na manufactura está ligado à indústria têxtil. Para demonstrar a importância desta indústria referiremos a chamada «fábrica» *Wollzeug* na cidade de Linz, a cerca de 200 Km. de Viena, e que em 1762 ocupava no seu conjunto 48 526 pessoas. O que importa realçar na política mercantilista estatal é o aproveitamento do potencial humano do país no recrutamento para o exército ou como força produtiva nas manufacturas (conhecidas ao tempo por «fábricas»). Em 1754 fez-se um levantamento global das condições sociais e laborais nos Territórios da Coroa e um recenseamento do número de habitantes. São por outro lado conhecidas as consequências sociais da política de industrialização — a exploração da mão-de-obra, o trabalho infantil e de mulheres, um problema que virá a agravar-se no século XVIII e na primeira metade do século XIX com a revolução industrial. A primeira legislação social e laboral data todavia do período do Josefismo, quando em 1787 é proibido o trabalho de crianças com idade inferior a oito anos. O primeiro bairro social — *Nadelburg* — foi todavia construído em 1753, havendo ainda a referir a intervenção estatal na fixação de salários. Assim aconteceu nas fábricas de vidro em 1753, quando o abaixamento de salários levou à emigração de operários especializados (*).

A política de reformas iniciada por Maria Theresia vem ainda a abranger o ensino universitário, em especial no campo da medicina com a vinda para Viena do médico neerlandês Gerhard van Swieten. Viria a ser o médico particular de Maria Theresia e também Sebastião José de Carvalho e Mello mais de uma vez o consultou. A partir de 1749 van Swieten foi encarregado da reforma da Universidade, a ele se devendo a introdução da cirurgia como disciplina autónoma e a instalação material da Universidade que foi dotada de um novo edifício (1755). Datam ainda desta altura os primeiros planos para a reforma do ensino primário, cuja lei «Ordem Geral do Ensino para a Áustria» só é todavia publicada em 1774. Todas as escolas primárias existentes passam a ficar na dependência do

(*) Ernst J. Görloch/Felix Romanik, *Geschichte Österreichs*, Tyrolia, Innsbruck-Wien-München, 1970, p. 282.

Estado, subdivididas em três graus: escolas «triviais, normais e principais», estabelecendo-se ainda a formação regular de professores.

As grandes reformas do exército a cargo do Marechal de Campo Leopold Daun só se efectivarão nos anos subsequentes à Guerra de Sucessão da Áustria, mas é ainda em 1746 que Maria Theresia funda a primeira academia militar em Viena (*Theresianum*) e que servirá de modelo a todas as academias militares subsequentes.

Data de 15 de Janeiro de 1749 uma minuta de Maria Theresia para a reforma da Justiça e da Administração, que tem como objectivo uma primeira reorganização e centralização do poder judicial disperso.

Estes são alguns aspectos das reformas executadas, iniciadas ou projectadas na primeira década do reinado de Maria Theresia. O futuro ministro de D. José pôde assim conhecer algumas das suas realizações ou conhecer alguns dos programas, dada as suas relações com a corte de Viena, nomeadamente com alguns dos mais importantes homens públicos (*).

Não nos cabe julgar a afirmação de J. Lúcio de Azevedo sobre a importância das estadias de Sebastião José de Carvalho e Mello em Londres e Viena: «Por isso do estrangeiro só trouxe um progresso, se tal é licito dizer, tardio. Seus vãos, altos para o nível da razão no paiz, foram, se em absoluto as considerarmos, mesquinhos. Nenhum dos grandes ideais, que agitavam os cerebros pensantes da Europa, teve guarida no seu» (8). J. Lúcio de Azevedo faz, todavia, a ressalva: «Entretanto seria extranha myopia a de Carvalho se nada tivesse visto e aprendido em suas viagens» (9).

Inclinamo-nos, todavia, mais para a concessão referida e que, mais que concessão, mereceria uma ponderação por parte dos historiadores no confronto com a actividade do estadista português. Ainda que o interesse principal do enviado português estivesse voltado para a intrincada, complexa e contraditória política internacional com o seu jogo de equilíbrio de forças e consequente política de alianças, não poderá excluir-se igualmente o interesse de Sebastião José de Carvalho e Mello por tudo o que dizia respeito à política interna, às reformas que se anunciam e que certamente foram discutidas pelos homens mais próximos da corte, como seja por exemplo, o conde Silva-Tarouca, nomeado em 1740 conselheiro pri-

(*) Cf. Maria Alcina Ribeiro Correia, *ob. cit.*, p. 82.

(8) J. Lúcio de Azevedo, *ob. cit.*, p. 89.

(9) *Idem, ibidem*, p. 89.

Missão Diplomática

vado de Maria Theresia. O próprio embaixador português foi recebido mais de uma vez em audiências privadas por Maria Theresia. O casamento com D. Leonor Daun tinha-lhe aberto definitivamente as portas da corte austríaca e por isso cremos que Sebastião José de Carvalho e Mello seguiu com atenção os projectos de reforma que se começavam a pôr em prática ou a delinear a prazo. A obra — por vezes mais tímida — de Maria Theresia teve um continuador resolutivo e inquebrantável no sucessor ao trono austríaco e ao trono imperial Joseph II, que todavia no leito de morte (1790) se viu obrigado a revogar parte significativa da sua importante legislação — trágico destino igualmente vivido por Marquês de Pombal aquando da sua destituição de Primeiro Ministro.